



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO

1 **ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA DO DEPARTAMENTO DE**
2 **DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS.** Aos dois dias do mês de julho de
3 dois mil e quinze, às dezesseis horas, na Sala de Aula do Departamento de Direito, sob presidência
4 do professor Gustavo Pereira Leite Ribeiro, reuniram-se os membros da Assembleia do
5 Departamento de Direito da Universidade Federal de Lavras. **Presentes:** Bruno Henrique
6 Gonçalves, David Francisco Lopes Gomes, Gustavo Pereira Leite Ribeiro, Isabela Dias Neves,
7 Luciana Fernandes Berlini, Maria das Graças Paula, Pedro Ivo Ribeiro Diniz, Ricardo Augusto de
8 Araújo Teixeira, Silvia Helena Rigatto e Thaís Fernanda Tenório Sêco. Os professores substitutos
9 Juliano dos Santos Calixto, Luciano Henrik Silveira Vieira e Neyse Fonseca Souza estiveram
10 presentes, sem direito a voto, nos termos do art. 5º, III, do Regimento Interno do Departamento de
11 Direito. Presente, ainda, o representante discente, Pedro Viana. **Ausentes com justificativa:**
12 Daniela Olímpio de Oliveira, Gabriela Cristina Braga Navarro, Fernanda Gomes e Souza Borges,
13 Juraciara Veira Cardoso, Leonardo Gomes Penteado Rosa e o representante técnico-administrativo,
14 Mateus Silva do Nascimento. **Pauta: I.** Designações 2015.2; **II.** Sugestões de alteração do Anexo
15 da Resolução CUNI nº 61/2011 (Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD/UFLA); **III.**
16 Propostas para diretrizes de produtividade e de cumprimento de jornada de trabalho dos professores
17 lotados no Departamento de Direito, a pedido do professor David Francisco Lopes Gomes. Aberta a
18 reunião, o presidente cumprimentou a professora Thaís Fernanda Tenório Sêco, recém empossada.
19 Também anunciou a despedida dos professores Juliano dos Santos Calixto, Luciano Henrik Silveira
20 Vieira e Neyse Fonseca Souza, em razão do encerramento de seus respectivos contratos,
21 agradecendo-lhes pelo trabalho realizado. Em seguida, seguiu-se a pauta da reunião. **1. Ponto I da**
22 **pauta.** O professor Gustavo Pereira Leite Ribeiro informou que a professora Juraciara Vieira
23 Cardoso continua em afastamento por licença de saúde. No entanto, a professora manifestou
24 intenção de retomar suas atividades profissionais no início do próximo período de letivo. Desse
25 modo, foram formuladas duas propostas de distribuições de encargos docentes: Proposta A,
26 contemplando a presença da professora Juraciara Veira Cardoso; Proposta B, contemplando a
27 presença de professor substituto em razão de afastamento por licença médica da professora



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO

28 Juraciara Vieira Cardoso. Em ambas as propostas, o professor Pedro Ivo Ribeiro Diniz informou
29 sobre a necessidade, excepcional, de se promover a junção das turmas do sexto e do sétimo
30 períodos, nas ofertas das disciplinas GDI128 - Direito do Trabalho II e GDI122 - Direito Processual
31 I. O professor David Francisco Lopes Gomes salientou que considera didaticamente inadequada a
32 formação de turmas com mais de oitenta alunos, razão pela qual a solução de junção de turmas seja
33 medida de caráter excepcional. O professor Pedro Ivo Ribeiro Diniz confirmou que proposta é
34 excepcional, uma vez que ainda não foram realizados os concursos de professores efetivos,
35 respectivamente, na área Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho e na área Prática
36 Jurídica e Direito Processual Penal, já previstos. Colocadas em votação, as propostas foram
37 aprovadas nos seguintes termos. **1.1. Proposta A) 1.1.1.** Bruno Henrique Gonçalves: GDI109 -
38 Direito Penal I (68 h/a), GDI176 - Direito Penal IV (68 h/a); **1.1.2.** Daniel Teixeira Silva: GDI126 -
39 Direito do Trabalho I (68 h/a), GDI128 - Direito do Trabalho II (68 h/a), GDI185 - Direito Coletivo
40 do Trabalho (34 h/a), PRG1027 - Oficina de Análise Jurisprudencial Crítica do Direito do Trabalho
41 (34 h/a); **1.1.3.** Daniela Olímpio de Oliveira: GDI186 - Justiça Tributária (34 h/a), GDI169 - Direito
42 Administrativo (68 h/a), GDI170 - Direito Constitucional - Turma A (68 h/a); **1.1.4.** David
43 Francisco Lopes Gomes: GDI105 - Teoria da Constituição (68 h/a), GDI114 - Direito
44 Constitucional II (68 h/a), GDI221 - Fundamentos Teóricos de Sociologia do Direito (34 h/a); **1.1.5.**
45 Fernanda Gomes e Souza Borges: GDI131 - Direito Processual Civil III (68 h/a), GDI160 - Direito
46 Processual Civil IV (68 h/a), PRG1527 - Prática Jurídica Simulada II (34 h/a); **1.1.6.** Gabriela
47 Cristina Braga Navarro: GDI129 - Direito Administrativo I (68 h/a), GDI134 - Direito
48 Administrativo II (68 h/a), GDI217 - Tutela Jurídica dos Povos Tradicionais (34 h/a), PRG1327 -
49 Oficina de Prática Jurídica Ambiental (34 h/a); **1.1.7.** Gustavo Pereira Leite Ribeiro: GDI106 -
50 Direito Civil I (68 h/a), GDI107 - Direito Civil II (68 h/a); **1.1.8.** Isabela Dias Neves: GDI120 -
51 Teoria Geral do Processo (34 h/a), GDI124 - Direito Processual Civil I (68 h/a), GDI127 - Direito
52 Processual Civil II (68 h/a), PRG827 - Prática Jurídica Simulada I (34 h/a); **1.1.9.** Juraciara Vieira
53 Cardoso: GDI157 - Ética Profissional (34 h/a), GDI156 - Negociação Mediação e Arbitragem (34
54 h/a), GDI194 - Bioética Clínica (34 h/a); **1.1.10.** Leonardo Gomes Penteado Rosa: GDI101 -



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO

55 Introdução ao Estudo do Direito (68 h/a), GDI223 - Positivismo Jurídico e a Crítica de Ronald
56 Dworkin (34 h/a); **1.1.11.** Luciana Fernandes Berlim: GDI123 - Direito Civil V (68 h/a), GDI161 -
57 Direito Civil VI (68 h/a), GDI197 - Direito da Criança e do Adolescente (34 h/a), PRG1427 -
58 Oficina de Prática Jurídica em Direito de Família (34 h/a); **1.1.12.** Maria das Graças Paula: GDI165
59 - Direito Ambiental (68 h/a), GDI166 - Direito e Legislação Ambiental (68 h/a), GDI133 - Direito
60 Agrário (34 h/a); **1.1.13.** Pedro Ivo Ribeiro Diniz: GDI138 - Direito Internacional Público (68 h/a),
61 GDI158 - Direito e Cidadania (34 h/a), GDI201 - Direito Internacional dos Direitos Humanos (34
62 h/a); **1.1.14.** Ricardo Augusto de Araújo Teixeira: GDI112 - Direito Penal II (68 h/a), GDI118 -
63 Direito Penal III (68 h/a), GDI122 - Direito Processual Penal I (68 h/a), GDI204 - Direito Penal
64 Econômico (34 h/a); **1.1.15.** Sílvia Helena Rigatto: GDI108 - Direito Constitucional I (68 h/a),
65 GDI175 - Metodologia da Pesquisa Jurídica (68 h/a), GDI170 - Direito Constitucional - Turma B
66 (68 h/a), PRG1127 - Oficina de Prática Jurídica em Direitos Humanos (34 h/a); **1.1.16.** Thaís
67 Fernanda Tenório Sêco: GDI111 - Direito Civil III (68 h/a), GDI117 - Direito Civil IV (68 h/a),
68 GDI212 - Responsabilidade Civil (34 h/a), PRG1227 - Oficina de Gestão de Risco Contratual e
69 Elaboração de Contratos Atípicos (34 h/a). **1.2. Proposta B) 1.2.1.** Bruno Henrique Gonçalves:
70 GDI109 - Direito Penal I (68 h/a), GDI176 - Direito Penal IV (68 h/a); **1.2.2.** Daniel Teixeira Silva:
71 GDI126 - Direito do Trabalho I (68 h/a), GDI128 - Direito do Trabalho II (68 h/a), GDI185 -
72 Direito Coletivo do Trabalho (34 h/a), PRG1027 - Oficina de Análise Jurisprudencial Crítica do
73 Direito do Trabalho (34 h/a); **1.2.3.** Daniela Olímpio de Oliveira: GDI186 - Justiça Tributária (34
74 h/a), GDI169 - Direito Administrativo (68 h/a), GDI170 - Direito Constitucional - Turma A (68
75 h/a); **1.2.4.** David Francisco Lopes Gomes: GDI105 - Teoria da Constituição (68 h/a), GDI114 -
76 Direito Constitucional II (68 h/a), GDI221 - Fundamentos Teóricos de Sociologia do Direito (34
77 h/a); **1.2.5.** Fernanda Gomes e Souza Borges: GDI131 - Direito Processual Civil III (68 h/a),
78 GDI160 - Direito Processual Civil IV (68 h/a), PRG1527 - Prática Jurídica Simulada II (34 h/a);
79 **1.2.6.** Gabriela Cristina Braga Navarro: GDI129 - Direito Administrativo I (68 h/a), GDI134 -
80 Direito Administrativo II (68 h/a), GDI217 - Tutela Jurídica dos Povos Tradicionais (34 h/a),
81 PRG1327 - Oficina de Prática Jurídica Ambiental (34 h/a); **1.2.7.** Gustavo Pereira Leite Ribeiro:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO

82 GDI106 - Direito Civil I (68 h/a), GDI107 - Direito Civil II (68 h/a); **1.2.8.** Isabela Dias Neves:
83 GDI120 - Teoria Geral do Processo (34 h/a), GDI124 - Direito Processual Civil I (68 h/a), GDI127
84 - Direito Processual Civil II (68 h/a), PRG827 - Prática Jurídica Simulada I (34 h/a); **1.2.9.** Juraciara
85 Vieira Cardoso (Professor Substituto): GDI157 - Ética Profissional (34 h/a), GDI156 - Negociação
86 Mediação e Arbitragem (34 h/a), GDI170 - Direito Constitucional - Turma B (68 h/a); **1.2.10.**
87 Leonardo Gomes Penteado Rosa: GDI101 - Introdução ao Estudo do Direito (68 h/a), GDI223 -
88 Positivismo Jurídico e a Crítica de Ronald Dworkin (34 h/a); **1.2.11.** Luciana Fernandes Berlini:
89 GDI123 - Direito Civil V (68 h/a), GDI161 - Direito Civil VI (68 h/a), GDI197 - Direito da Criança
90 e do Adolescente (34 h/a), PRG1427 - Oficina de Prática Jurídica em Direito de Família (34 h/a);
91 **1.2.12.** Maria das Graças Paula: GDI165 - Direito Ambiental (68 h/a), GDI166 - Direito e
92 Legislação Ambiental (68 h/a), GDI133 - Direito Agrário (34 h/a); **1.2.13.** Pedro Ivo Ribeiro Diniz:
93 GDI138 - Direito Internacional Público (68 h/a), GDI158 - Direito e Cidadania (34 h/a), GDI201 -
94 Direito Internacional dos Direitos Humanos (34 h/a); **1.2.14.** Ricardo Augusto de Araújo Teixeira:
95 GDI112 - Direito Penal II (68 h/a), GDI118 - Direito Penal III (68 h/a), GDI122 - Direito
96 Processual Penal I (68 h/a), GDI204 - Direito Penal Econômico (34 h/a); **1.2.15.** Sílvia Helena
97 Rigatto: GDI108 - Direito Constitucional I (68 h/a), GDI175 - Metodologia da Pesquisa Jurídica (68
98 h/a), PRG1127 - Oficina de Prática Jurídica em Direitos Humanos (34 h/a); **1.2.16.** Thaís Fernanda
99 Tenório Sêco: GDI111 - Direito Civil III (68 h/a), GDI117 - Direito Civil IV (68 h/a), GDI212 -
100 Responsabilidade Civil (34 h/a), PRG1227 - Oficina de Gestão de Risco Contratual e Elaboração de
101 Contratos Atípicos (34 h/a). **2. Ponto II da pauta.** De acordo com o professor Gustavo Pereira
102 Leite Ribeiro, a Comissão Permanente de Pessoal Docente solicitou aos departamentos a
103 apresentação de sugestões para atualização do Anexo da Resolução CUNI nº 61/2011, que trata da
104 progressão funcional da Carreira do Magistério Superior da Universidade Federal de Lavras. Aberta
105 a discussão, a professora Thaís Fernanda Tenório Sêco solicitou esclarecimentos sobre o sentido do
106 item 6.13 do Anexo da Resolução CUNI nº 61/2011. O professor Gustavo Pereira Leite Ribeiro
107 destacou que se tratam de textos acadêmicos publicados pela editora universitária. A professora
108 Sílvia Helena Rigatto indagou sobre a possibilidade de inclusão de item específico para atividades



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO

109 de prática jurídica. A professora Maria das Graças Paula assinalou que as atividades de ensino
110 teóricas e práticas são enquadradas, indistintamente, no item 1.1 do Anexo da Resolução CUNI nº
111 61/2011. A professora Thaís Fernanda Tenório Sêco indagou sobre a diferenciação de professores
112 coordenadores e participantes em projetos de extensão. O professor Pedro Ivo Ribeiro Diniz
113 explicou que a diferenciação consta no item 6.10 do Anexo da Resolução CUNI nº 61/2011.
114 Entretanto, como no SIG não há possibilidade de inclusão de dois coordenadores em um mesmo
115 projeto, sugere que o departamento solicite à CCPD a disponibilização dessa possibilidade no
116 sistema. Por sua vez, a professora Maria das Graças Paula propõe que conste, explicitamente, no
117 Anexo da Resolução CUNI nº 61/2011, a possibilidade de um mesmo projeto de extensão contar
118 com vários coordenadores. Colocada em votação, foi aprovada. **3. Ponto III da pauta.** O professor
119 David Francisco Lopes Gomes tomou a palavra para expor os avanços da Comissão encarregada da
120 elaboração de proposta sobre diretrizes de produtividade docente, integrada pelos professores David
121 Francisco Lopes Gomes, Leonardo Gomes Penteado Rosa e Pedro Ivo Ribeiro Diniz. **3.1.** O
122 professor David Francisco Lopes Gomes destacou que foi solicitado aos professores que
123 preenchessem um formulário com informações sobre suas produções científicas nos últimos três
124 anos, tendo em vista a proximidade da avaliação do Curso de Direito pelo MEC. De acordo com o
125 Instrumento de Avaliação do Curso, exige-se que, ao menos, cinquenta por cento dos professores
126 tenham mais de nove produções nos últimos três anos, para obtenção de nota cinco. Levando em
127 conta os resultados obtidos a partir da análise dos formulários apresentados, apenas cinco
128 professores cumprem a exigência destacada. **3.2.** O professor David Francisco Lopes Gomes
129 apresentou três linhas de atuação para aumento da produtividade docente em curto prazo. **3.2.1.** A
130 primeira linha de atuação diz respeito à publicação de livros pela Editora da Universidade Federal
131 de Lavras. Aprovada pelo conselho editorial, a obra será custeada pela própria editora universitária.
132 Entre o ofício que autoriza a publicação da obra e a efetiva publicação, estimam-se seis meses.
133 Sugere-se privilegiar obras coletivas, com capítulos relacionados entre si e com a participação do
134 maior número de professores. **3.2.2.** A segunda linha de atuação diz respeito à publicação de textos
135 completos em anais de eventos e de resumos em anais de eventos internacionais. A Comissão



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO

136 divulgará, frequentemente, por meio de correio eletrônico, eventos com oportunidades de
137 apresentação de trabalhos. Desde logo, o professor David Francisco Lopes Gomes assinala que
138 encontram-se com prazo aberto para submissão de trabalhos: II Congresso Internacional em Direito
139 e Inovação, que ocorrerá em setembro, na Universidade Federal de Juiz de Fora, e II Congresso
140 Internacional de Direito Constitucional e Filosofia Política, que será realizado em novembro, na
141 Universidade Federal de Minas Gerais. **3.2.3.** A terceira linha de atuação diz respeito à participação
142 nos eventos do Conselho Nacional de Pesquisa e de Pós-Graduação em Direito - CONPEDI, com
143 apresentação de trabalhos. O professor David Francisco Lopes Gomes destacou que os trabalhos
144 apresentados são publicados como capítulos de livros, admitindo a apresentação de mais de um
145 trabalho por autor. Além disso, a publicação dos anais, na forma de livro eletrônico, ocorre,
146 geralmente, no prazo de até seis meses. **3.3.** O professor Pedro Ivo Ribeiro Diniz sugeriu a criação
147 de uma revista jurídica. O professor Ricardo Augusto de Araújo Teixeira informou que esteve
148 reunido com o professor Renato Paiva, Diretor da Editora da Universidade Federal de Lavras, para
149 tratar do assunto. Entre as exigências editoriais, constam a não utilização do nome da universidade
150 no título do periódico e a publicação apenas de artigos em língua inglesa. Destacou, ainda, que a
151 editora não se responsabiliza pelos custos da impressão. Por sua vez, sugeriu a utilização do prêmio
152 do Desafio UFLA+ para criação de duas revistas: uma eletrônica e outra impressa, seguindo esta os
153 critérios da classificação qualis. **3.4.** O professor David Francisco Lopes Gomes informou que, em
154 breve, será encaminhado aos professores mensagem eletrônica com solicitação de sugestões de
155 atividades a serem consideradas na delimitação de diretrizes para cumprimento da jornada de
156 trabalho pelos professores. A professora Silvia Helena Rigatto questionou a finalidade da medida,
157 uma vez que as atividades de ensino, pesquisa e extensão, assim como as atividades administrativas
158 e de capacitação, já estão previstas da regulamentação da progressão docente e avaliadas a partir do
159 relatório semestral de atividades docentes. O professor Pedro Ivo Ribeiro Diniz esclareceu que o
160 objetivo é estabelecer parâmetros objetivos para cumprimento da jornada de trabalho dos
161 professores lotados no Departamento de Direito, permitindo uma distribuição mais equânime dos
162 encargos administrativos e dos encargos relacionados à oferta das disciplinas de graduação. Além



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO

163 disso, destacou que os parâmetros poderão ser utilizados para orientar a avaliação de estágio
164 probatório e a deliberação de pedidos de afastamento para fins de capacitação. A professora Silvia
165 Helena Rigatto realçou a importância de se prever uma carga-horária mínima de atividades
166 relacionadas ao ensino de graduação. O professor Gustavo Pereira Leite Ribeiro advertiu que, nas
167 instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas
168 semanais de aulas, por força do art. 57 da Lei 9394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da
169 educação nacional. A professora Silvia Helena Rigatto questionou se os cursos de capacitação serão
170 considerados para fins de cumprimento da jornada de trabalho. O professor David Francisco Lopes
171 Gomes assinalou que, num primeiro momento, o que se pretende é coletar propostas, que serão
172 sistematizadas e encaminhadas para discussão e deliberação na Assembleia Departamental. **3.5.** Por
173 fim, o professor David Francisco Lopes Gomes solicitou que o prazo de conclusão dos trabalhos da
174 Comissão seja prorrogado até 31 de dezembro de 2015, o que foi aprovado por unanimidade. **4.**
175 **Informes da chefia.** O professor Gustavo Pereira Leite Ribeiro informa que já encaminhou os
176 cartões de visita para impressão em gráfica, lembrando aos professores quem devem efetuar o
177 pagamento na Secretaria da Chefia. **5. Informes da coordenação.** O professor Pedro Ivo Ribeiro
178 Diniz informa sobre os avanços na concepção e definição do Estágio Supervisionado do Curso de
179 Direito, sob responsabilidade do Núcleo de Prática Jurídica. O estágio supervisionado encontra-se
180 concebido, em especial, a partir das seguintes diretrizes: reconhecimento da autonomia e
181 responsabilidade do estudante na determinação de seu itinerário prático-profissional; flexibilidade
182 de atividades práticas e diversidade de áreas do conhecimento jurídico abrangidas, não se
183 restringindo ao domínio da advocacia contenciosa; envolvimento de todos os professores com
184 formação jurídica atuantes no curso, como importante expediente de ressignificação e integração de
185 teoria e prática. Compõem o estágio supervisionado, totalizando 357 horas: Prática Jurídica
186 Simulada, com 68 horas; Oficinas de Prática Jurídica, com 136 horas; Prática Jurídica Real, com
187 136 horas; Exame de Qualificação, com 17 horas. Na Prática Jurídica Simulada, o estudante
188 executará expedientes relacionados, especialmente, ao exercício da advocacia, sob orientação de
189 professor, que incluem visitas relatadas a órgãos judiciários, análise de autos findos, redação de atos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO

190 jurídicos e profissionais, peças e rotinas processuais, assistência e elaboração de relatórios de
191 audiências e sessões de julgamento. A prática jurídica simulada será realizada em dois módulos,
192 respectivamente, no quinto período e no sexto período do curso. Nas Oficinas de Prática Jurídica, o
193 estudante experimentará atividades típicas de variadas profissões jurídicas para além da advocacia
194 contenciosa. Por meio da utilização, essencialmente, de metodologias ativas espera-se que o
195 estudante realize tarefas relacionadas ao cotidiano de advogados públicos, magistrados, promotores
196 de justiça, defensores públicos, delegados de polícia, assessores jurídicos e outros. A partir da
197 identificação de problema concreto diante de um conjunto de fatos, passando pela avaliação das
198 possibilidades de ação e concluindo com a escolha e adoção de alternativa de solução, o estudante
199 produzirá, sob orientação de professor, pareceres jurídicos, planos de políticas públicas, projetos de
200 lei, instrumentos contratuais, peças e expedientes processuais judiciais e administrativos, relatórios
201 de intervenção, júri simulado, inquérito policial simulado, inquérito civil simulado, entre outros.
202 Convém destacar que as oficinas de prática jurídica estão sistematizadas em múltiplos módulos,
203 ofertados semestralmente, de maneira alternada, contemplando as diversas áreas do conhecimento
204 jurídico. Em atenção ao caráter flexível da estrutura curricular, caberá ao estudante determinar, com
205 ampla liberdade e responsabilidade, quatro módulos de oficinas de prática jurídica a serem
206 integralizados, levando em conta os seus interesses e suas vocações. Na Prática Jurídica Real, o
207 estudante encontrará oportunidade para promover efetiva intervenção na comunidade, por meio de
208 atividades de assistência jurídica, de extensão, de mediação e arbitragem e de estágios conveniados.
209 Para tanto, o estudante deverá se vincular a qualquer dos seguintes centros, também escolhido de
210 maneira livre e responsável: Centro de Assistência Jurídica, no qual o estudante prestará
211 atendimento jurídico a pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, incluindo entrevista
212 e aconselhamento do demandante, investigação de fatos e produção de provas, redação de atos
213 jurídicos e peças profissionais, planejamento estratégico e acompanhamento processual, instauração
214 de processo judicial ou administrativo, análise de autos e execução de rotinas processuais, atuação
215 em audiências e sessões de julgamento; Centro de Estágio Conveniado, no qual o estudante
216 executará plano de estágio, nos termos da Lei 11.788/2008, em escritórios de advocacia e outras



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO

217 instituições conveniadas; Centro de Mediação e Arbitragem, no qual o estudante atuará na solução
218 de conflitos reais a partir de mecanismos extrajudiciais, contribuindo, por um lado, para divulgação
219 da negociação, da mediação e da arbitragem, e, por outro, para promoção do amplo acesso à justiça,
220 da cultura da paz e da construção consensuada de decisões; Centro de Extensão, no qual o estudante
221 integrará equipe de execução de projeto de extensão, previamente credenciado pelo Colegiado do
222 Curso de Direito, com forte vocação para atendimento de demanda social verificada na área de
223 influência da Universidade Federal de Lavras. No Exame de Qualificação, o estudante receberá
224 capacitação para enfrentar, com êxito, as provas exigidas para o ingresso em várias carreiras
225 jurídicas. O exame de qualificação compreenderá a aplicação de uma prova objetiva e de uma prova
226 prático-profissional, seguidas de seminários de correção. O exame de qualificação será realizado em
227 um módulo, no nono período do curso. O professor Pedro Ivo Ribeiro Diniz informa, ainda, que, no
228 próximo período letivo, serão ofertadas as primeiras cinco oficinas. Por fim, solicita aos professores
229 que apresentem propostas de novas oficinas, com indicação de ementa, objetivos e referências
230 bibliográficas. **6. Assuntos gerais.** Os professores Juliano dos Santos Calixto, Luciano Henrik
231 Silveira Vieira e Neyse Fonseca Souza se despedem e agradecem pelo apoio recebido. Nada mais
232 havendo a tratar, foi encerrada a reunião, às dezoito horas. Eu, Thaís Fernanda Tenório Sêco, lavrei
233 a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e demais participantes.